

MP aumentará as prestações

SILVIA MUGNATTO

BRASÍLIA — A Caixa Econômica Federal vai deixar para depois das eleições a edição da medida provisória (MP) que aumenta as prestações dos mutuários que têm contratos antigos. Também ficou para o fim de outubro o prazo da Caixa para concluir o cadastramento de quase 3 milhões de contratos habitacionais cobertos pelo Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), que cobre, com dinheiro do Tesouro Nacional, o saldo devedor dos financiamentos após a quitação das prestações.

O cadastramento apontará quantos mutuários burlaram as regras do FCVS, adquirindo mais de um imóvel com cobertura do fundo. Até julho, a Caixa tinha descoberto 63 mil mutuários em situação irregular, após análise de 1 milhão de contratos. Depois, de divulgada a lista dos mutuários em situação irregular, os bancos que concederam os financiamentos terão que cobrir o prejuízo. Provavelmente, os mutuários serão acionados na Justiça.

A medida provisória que vai aumentar as prestações dos contratos anteriores a 1990 está parada na Procuradoria da Fazenda Nacional. O governo quer que as prestações cubram pelo menos os juros previstos nos contratos. A Caixa deve adotar também medidas administrativas contra mutuários que alugaram os imóveis financiados.

Tarifas — O governo também quer comemorar sem sustos uma inflação que pode ser inferior a 0,5% em agosto e em setembro. Para isto, adiou para depois de outubro a revisão das tarifas públicas, que deveria começar em setembro com os combustíveis. O presidente da Telebrás, Fernando Xavier, anunciou para dezembro aumento de 200% na assinatura básica do telefone. O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, confirmou que haverá revisão.

Apesar de regulamentada recentemente, a medida provisória que dá um ultimato aos governadores em relação à dívida de R\$ 22 bilhões com os bancos estaduais, só deverá ser aplicada mais para o final do ano. O Tesouro Nacional também conserva em banho-maria a solução para a dívida em títulos dos estados, hoje de R\$ 40,4 bilhões.

Na área da Previdência Social, o governo estuda medidas que, a princípio, só seriam adotadas após a aprovação da reforma constitucional no Congresso. O governo quer, por exemplo, reduzir o valor máximo da aposentadoria proporcional por tempo de serviço. Outra medida é o aumento do cálculo das novas aposentadorias. Hoje, o cálculo leva em conta os últimos 36 salários de contribuição do trabalhador.